

El neoliberalismo y las políticas públicas en seguridad social

Neoliberalismo e políticas públicas de segurança social

Eduardo Colmenares Cantú

Universidad Autónoma de Nuevo León, México

ecolmenares@hotmail.com

Resumen

La seguridad social dentro del sistema de pensiones en México es un tema de análisis que merece consideración, debido a que se han aprobado reformas en los sistemas pensionarios en América Latina y a nivel mundial con la implementación de sistemas privados de capitalización individual, con el supuesto de que las personas de la tercera edad logren obtener los recursos suficientes para su jubilación; además, el papel y funciones sociales del Estado como prestador de servicios públicos se ha visto reducido, gracias a la aplicación de lineamientos de política económica y social obligados por parte de organismos como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial; por lo que la seguridad social deja de ser un derecho social, para convertirse en un sistema de seguridad privado. El neoliberalismo se caracteriza por la apertura comercial y financiera de los países con el objetivo de lograr mayor competitividad de las empresas privadas, donde las ganancias se invierten en el sistema financiero obteniendo acumulación de capital volátil.

Palabras clave: seguridad social, pensiones, información, estado de bienestar.

Resumo

Segurança social dentro do sistema de pensões no México é um assunto de análise que merece consideração, porque eles têm aprovado as reformas dos sistemas de pensões na América Latina e em todo o mundo com a implementação de sistemas privados de capitalização, com o pressuposto as pessoas a atingir os idosos obter recursos suficientes para a aposentadoria; Além disso, o papel e sociais funções do Estado como provedor de serviços públicos foi reduzido, graças à implementação de diretrizes para a política económica e social forçada por organismos como o Fundo Monetário

Internacional e do Banco Mundial; de modo que a segurança social deixa de ser um direito social para se tornar um sistema de segurança privado.

O neoliberalismo é caracterizada pela liberalização comercial e financeira em países com o objectivo de alcançar uma maior competitividade das empresas privadas, onde os lucros são investidos no sistema financeiro obtenção de acumulação de capital volátil.

Palavras-chave: segurança social, pensões, informação, estado de bem-estar.

Fecha Recepción: Junio 2015

Fecha Aceptación: Diciembre 2015

Introdução

Atualmente, o sistema econômico vigente na maioria dos países da América Latina é liberal, ou seja, é caracterizada principalmente pela busca da separação entre o Estado ea economia, de modo que as propostas neoliberais estão a optar por expandir o papel do setor privado , como um falhas do estado compensar a sua intervenção no mercado.

A questão que se coloca, desde quando ela deixa de existir o estado de bem-estar, e se agora começa a enfraquecer a segurança social dentro do sistema de pensões. Este estudo investiga se o Estado tem sem se importar com os riscos que podem resultar em negligenciar contingências sociais como o sistema de doença e pensão, e deixá-los nas mãos de instituições privadas.

Na América Latina, adoptando as recomendações feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial sobre a desregulamentação do mercado, a fim de criar mais postos de trabalho, não se aplica apenas às medidas de consolidação orçamental conjuntural; pelo contrário, eles seguem um projeto de lei que modifica o conceito e da relação entre Estado e economia, bem como a relação entre o Estado eo cidadão estrutural e com um objetivo, para restaurar equilíbrios macroeconómicos.

Agora, este pacote de recomendações não começou a partir de uma escolha livre, mas foi imposta no início dos anos oitenta, devido a problemas de dívida na maioria dos países da América Latina. Isto não exclui é de salientar a responsabilidade dos governos na aceitação cega, sem perguntas de fórmulas do FMI, sem fazer um caminho de análise atuarial sobre as possíveis consequências para a

segurança social. Esta situação é evidente não só a falta de autonomia dos Estados latino-americanos, mas também uma unidade estrutural dispostos a optar por alternativas que estão longe de ser uma resposta ao ajuste de necessidades específicas, modernização e bem-estar social.

Ruiz (2008) diz que a segurança social é um problema global que não é encontrado fórmulas para alcançar um bom desempenho, e com maior gravidade em relação à saúde institucional, as pensões e benefícios sociais, de modo que os programas de pensões em todos os países do mundo têm quebrado em maior ou menor grau, devido à apatia dos políticos e funcionários responsáveis pela segurança social; além de dar preferência a outras rubricas de despesa pública. A tendência crescente para a liberalização económica, uma maior disciplina macroeconómica e fiscal, bem como menor intervenção do Estado, questionam os benefícios e conveniência do estado de bem-estar, como o escopo e amplitude de sistemas de segurança social.

Segurança social, o estado de bem-estar e pensões

segurança social refere-se à protecção dos trabalhadores para os riscos a que está exposta e visa garantir o direito à saúde, assistência médica, protecção dos meios de subsistência e serviços necessários para o bem-estar individual e colectivamente, e o direito de receber uma pensão (Ruiz, 2004).

Para a Organização Internacional do Trabalho, a segurança social é visto como um hedge contra a privação económica e social através da implementação de políticas públicas; caso contrário, poderia causar uma forte redução na renda devido à doença, maternidade, acidente ou doença, desemprego, invalidez, velhice e morte, bem como a protecção sob a forma de assistência médica e ajuda famílias com crianças (OIT, 2009).

A segurança social é uma das políticas mais importantes de um país, uma vez que reflecte a quantidade de recursos dos governos que destinem a ele. O significado das pensões relaciona-se com o ideal igualitário e é garantido pelas políticas de estado de bem-estar e sociais (Morales, 2005).

Como observado por David Hume em seu livro *Tratado da Natureza Humana* ", Juntando forças, o nosso poder é aumentado; pela divisão do trabalho, a nossa capacidade cresce e ajuda mútua,

estamos menos expostos a fortuna e acidentes. Com a força, habilidade e segurança adicional se torna a sociedade vantajosa "(Hume, 2005, p. 409).

Rawls (2006), afirma que os indivíduos têm a liberdade de saber o que é o conceito de viver bem e ser capaz de julgar os princípios de justiça, de acordo com o que devem reger a estrutura básica da sociedade.

Ruiz (2009) menciona que a segurança social é um direito essencial e inalienável dos seres humanos que buscam a justiça social. É para cobrir contingências sociais, tais como a doença ea fome, daí nasceram Segurança Social para responder a estas eventualidades, que se desenvolvem em qualquer país.

Além disso, Mesa-Lago (2007), argumenta que um grupo de países foram os precursores em aderir a um sistema social na América Latina desde 1980, com o objetivo de alcançar melhores níveis de cobertura, no âmbito de uma população envelhecimento e alta expectativa de vida, mas com custos elevados e desequilíbrio financeiro.

O primeiro grupo era composto por Uruguai, Argentina, Chile, Cuba, Brasil e Costa Rica; em seguida, um grupo intermediário, Panamá, México, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela, como as implementadas seus programas para os anos quarenta e cinquenta, influenciado pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é criado. O terceiro grupo de recém-chegados, composto por Paraguai, República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Haiti passado para implementar os seus programas nos anos sessenta e setenta.

A implementação da segurança social nesses países da América Latina teve um início muito fraco, devido à elevada taxa de emprego informal e uma grande disparidade na distribuição de renda e a falta de um imposto eficiente e sistema financeiro. Ainda assim, a América Latina foi destacada para a segurança social e é considerado um pioneiro nos Estados Unidos e no Japão. (Rodriguez, 2002).

Isso resultou na monopolização da segurança social, do sector privado em termos de financiamento, mas com a regulação e supervisão do Estado. A implementação frágil da política pública social e financeiro na década de oitenta, resultou em uma redução da cobertura de pensões na segurança

social e os salários reais, enquanto o emprego informal aumentou eo desemprego, por isso só foi questão de tempo que o sistema de pensões é privatizada.

Uthoff (1991) observa a crescente endividamento externo da maioria dos países latino-americanos, forçou esses enormes recursos destinados para pagar a dívida, eliminando recursos para a segurança social, de modo que estes regimes de pensões não podia ser sustentada ou médio ou longo prazo.

Em conclusão, as políticas econômicas neoliberais falharam em sustentar o crescimento econômico no México e na América Latina e apenas o tamanho do estado de bem-estar foi reduzida devido à maior prioridade às políticas económicas, como o fornecimento gratuito e da procura do mercado e da alto custo nos sistemas fiscais, que não são paralelas às alterações demográficas, subtraindo recursos em idade avançada.

A reforma da segurança social criou um efeito negativo sobre a América Latina. A abordagem spread sobre o envolvimento do Estado ineficiente na função de proporcionar bem-estar e à conclusão de que o setor privado pode oferecer melhores produtos e serviços, incluindo sociais, resultou em uma crise futura no sistema de pensões da América Latina.

Segurança social no México

Segurança no México vem com o movimento revolucionário de 1910, através do artigo 123 da Constituição, que afirma que deve cobrir acidentes e doenças profissionais; doenças e maternidade não profissionais; e aposentadoria, invalidez, velhice e morte (Ruiz, 2004).

A este respeito, Ruiz observa:

Artigo 2 da Lei de Segurança Social afirma que "segurança social visa garantir o direito à saúde, assistência médica, proteção dos meios de subsistência e os serviços sociais indispensáveis para o bem-estar individual e coletivo, bem como a concessão de uma pensão, se for o caso, sujeita ao cumprimento de requisitos legais, será garantido pelo Estado "(p. 4).

A segurança social é fornecido através do estado pela Segurança Social, com um quadro jurídico administração pública federal descentralizado, dotado de personalidade jurídica e da sua própria, por isso torna-se um direito humano inalienável sociais, estabelecido por serviços básicos dentro três áreas: a) saúde; b) as pensões e c) os benefícios sociais.

No México, as quatro instituições federais de prestação de serviços sociais são o Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS); o Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado (ISSSTE); o Instituto do Fundo Nacional de Habitação dos Trabalhadores (INFONAVIT) e do Instituto da Segurança Social para as Forças Armadas mexicanas (ISSFAM).

A segurança social tem ido além obra clássica bem-estar social, de modo que os mecanismos legais de protecção social no México são basicamente três (Ruiz, 2009):

- a) Assistência Social.- que fornece o estado para o aberto e pago através de população contribuinte fiscal geral.
- b) O fundo de trabalho previsão social.-, destina-se a proteger os trabalhadores subordinados por padrões de financiamento.
- c) Segurança social.- A tripartite obrigatória financiada principalmente pelo Estado, pelos empregadores, e se asegurado.

Alterar o modelo da segurança social no México foi feito em 1995, durante o governo do presidente Ernesto Zedillo, a fim de contribuir para a reorganização dos aspectos macroeconômicos e financeiros do país, olhando em primeira instância, a poupança interna como uma fundação para o crescimento , este com o argumento de que, se o quadro jurídico para a segurança social não for alterado poderia perder tudo até agora alcançados.

A este respeito, Ruiz observa que a mudança no enquadramento legal da segurança social no México, foi dada a fim de permitir a operação formal dos gestores privados, conhecidos como Afores, bem como companhias de seguros e conseguir gerar poupança interna nacional.

Os sistemas de pensões com este tipo de projeto têm sido amplamente discutidas, devido à má gestão dos fundos de poupança para a velhice e as mudanças demográficas na população latino-americana.

Adicionado a isso é a possibilidade de os governos para obter esses fundos para as políticas públicas, mas sem retornar para salvaguardar os fundos de reserva para o pagamento das pensões a longo prazo.

O Estado deve proteger os idosos que não podiam auto-financiar as suas pensões de reforma devido a reformas implementadas pelo uso excessivo nos sistemas contributivos, seu alto custo e recursos minaram o Estado para aliviar a pobreza na velhice.

Políticas públicas neoliberais

governos contemporâneos estabelecer políticas sociais com os cidadãos através de um contrato social sobre direitos e deveres de ambas as partes, com o objectivo de alcançar um benefício comum; dentro deste contrato, os cidadãos pagam impostos para o desenvolvimento do país, enquanto os governos proteger os seus direitos através de políticas públicas que beneficiam a todos, no entanto, tais políticas, por vezes, favorecem grupos mais poderosos (Ortiz de 2007).

A falta de políticas públicas eficazes, superficialidade com que o contrato social e as grandes desigualdades é feita, são fatores que aumentaram a probabilidade de deslegitimação do Estado. Além disso, a política social tem sido o instrumento usado pragmaticamente por muitos governos de apoio político dos cidadãos (Ortiz, 2007).

Na maioria dos países, as políticas públicas não tenham atingido a estabilidade financeira no âmbito do sistema de segurança social, por exemplo, a crise financeira mundial de 2007-2009 não aumentou os fundos de pensão, devido à falta de flexibilidade nestas políticas pública. O retorno negativo sobre os investimentos criou insegurança nos sistemas de pensões, isto devido às incertezas nos mercados financeiros para que os governos tentaram estabelecer garantias, a fim de minimizar os efeitos negativos da crise.

A crise de 2007 deu para testar vários fundos de sistemas de segurança social, que são projetados fórmulas para melhorá-los. Há instabilidade nos sistemas de pensões, que dependem dos mercados financeiros, por isso requer um equilíbrio de partilha de riscos entre os cidadãos eo Estado, e entre repartição e aqueles com pré-financiamento integral . Além disso, deve alcançar a estratégia de

investimento adequado, através de políticas de regulação, supervisão e investimento adequado e eficiente (OIT, 2009).

Modificar o sistema financeiro não vai mudar o problema de gastos, a menos que seja paralelo com redução dos níveis de desempenho em relação a pensões (Yermo, 2008).

Finalmente, Ruiz (2004), aponta que os sistemas de pensões passar por uma crise financeira, tanto na Europa como na América Latina, assim que estes sistemas são uma espécie em extinção franca.

A crise financeira global tem causado um abrandamento ou declínio do crescimento económico, o comércio mundial, o preço das matérias-primas, o acesso ao crédito internacional, o emprego formal e dos salários reais eo aumento do desemprego, o trabalho informal e precária, a pobreza e a volatilidade dos mercados de capitais, com uma queda no valor de seus instrumentos.

Estado social neoliberal ou do estado de bem-estar

Esping-Andersen (1993), Ele ressalta que as necessidades humanas, como o trabalho, não deve ser privatizada para se tornar uma mercadoria, ou dependem de uma relação monetária, bem-estar social. A mercantilização de pessoas consolida a acumulação de capital, mas enfraquece o trabalhador.

Rawls (2006), pensador liberal-crítica, em sua obra *A Teoria da Justiça*, argumenta que as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, estes só são permitidas se proteger a sociedade mais vulneráveis; em segundo lugar, uma vez que este não é assim, ele deve privilegiar os interesses desta sociedade através dos princípios de justiça e, assim, alcançar o maior acesso possível aos bens básicos.

As pessoas procuram, através do Estado, mínima dependência natural; um estado de bem-estar que, como Ruiz Moreno estados, gera "uma política pública do Estado para uma sociedade que deve servir" (Ruiz, 2009, p. 6).

Sabe-se que a morte é inevitável, porque as pessoas vão envelhecer, mas não ser negligenciada várias doenças. Por outro lado, deve ser assegurado um rendimento de satisfazer as necessidades básicas da população, por isso, é necessário desenvolver um sistema de segurança social (Ruiz, 2009).

Enquanto isso, Estruch (1996) observa que o estado de bem-estar origina do dever público de pleno emprego, com a política econômica anticíclica que atinge o fornecimento universal de certos bens, por meio de políticas redistributivas que possam erradicar a desigualdade econômica e social.

Bobbio (2005), historiador do pensamento político, disse que a política do Estado social está em crise devido às instabilidades econômicas que não conseguem proteger os mais pobres classes sociais, de modo que o Estado deve intervir para erradicar a pobreza e alcançar a redistribuição da riqueza. Portanto, o princípio da igualdade exige o estado de remover todos os obstáculos para os cidadãos mais vulneráveis obter os direitos políticos e sociais.

As pessoas procuram, através do Estado, mínima dependência natural, um estado de bem-estar que, como Ruiz Moreno estados, gera "uma política pública do Estado para uma sociedade que deve servir" (Ruiz, 2009, p. 6).

O Estado social deve ser um direito social que garanta a segurança e assistência aos pensionistas e para lhes fornecer cobertura para os anos laborados, de modo que as instituições sociais deve atingir a eficiência, equidade e desenvolvimento, independentemente da corrente corrente filosófica em quase todos os países: o liberalismo, ambos os quais a liberalização do comércio e financeira é o motor da economia.

Através de política econômica activa pode atingir vários objetivos; por um lado, favorece o desenvolvimento de indústrias e mercados e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria do emprego e das condições de vida da população.

Entre seus principais expoentes do liberalismo são: Adam Smith, Alexis de Tocqueville, David Hume e John Locke (Hayek, 1978).

O Estado social deve ser a principal responsável pelo bem-estar da sociedade a vários riscos e deve ser encarada como um meio favorável do estabelecimento de sistemas de segurança social, que permitem que as pessoas a lidar melhor com condições decorrentes de contingências em caso de doença, acidentes e velhice , entre outras.

A partir dos anos setenta, Laurell (1992) observa que a crise econômica na América Latina e a queda do investimento, juntamente com o retorno sobre o capital causada pelo estado de bem estar, levou ao início do neoliberalismo como uma corrente filosófica, que parte da fundação do mercado é o principal componente para a distribuição dos recursos econômicos e à satisfação das necessidades individuais.

Dentro de um estado de bem-estar, Ruiz (2008) imprime uma sociedade deve ter médico, bem-estar, educação e serviços de subvenções econômicas, tais como pensões, mas hoje, os países são movidos por fatores econômicos, formando blocos entre eles para alcançar uma maior produção de bens e serviços, buscando mecanismos de justiça financeiros e sociais, através do jogo de leis de oferta e procura do mercado, resultando no desmantelamento do estado de bem-estar.

Girondella (2008), relata que o estado de bem-estar devem proporcionar segurança social, habitação, educação e outros, tais como pensões, a fim de elevar a qualidade de vida das pessoas. Enquanto isso, Barr (1993) menciona que o estado de bem-estar precisa para cobrir as necessidades econômicas e sociais devido a falhas de mercado e do próprio crescimento econômico, de modo que as políticas sociais devem alcançar a eficiência, equidade e desenvolvimento .

Como lacunas são tratadas estado de bem estar, irá proteger ou abandonar a cobertura dos sistemas de pensões, e induzir o tipo de mecanismos de gestão de financiamento; mas a trilogia mercado, família e Estado só terá cobertura universal se dado os benefícios garantias mínimas com fontes de financiamento solidariedade e transparência no acesso a esses benefícios.

Tudo indica que o desaparecimento do estado de bem-estar é final em todo o mundo devido a fatores econômicos, deixando o mercado livre para a lei da oferta e da procura, em que o papel do Estado é meramente regulador da economia .

O Estado deve proteger os idosos que não podiam auto-financiar as suas pensões de reforma devido a reformas implementadas pelo uso excessivo nos sistemas contributivos, seu alto custo e recursos minaram o Estado para aliviar a pobreza na velhice.

Neste contexto, o que significa que o trabalhador é "forçar uma poupança forçada? Em primeiro lugar, isso significaria uma redução ainda maior na capacidade para consumo imediato. Como você conheceu o seu individual e familiar precisa de educação, habitação, saúde e assim por diante, se seguir a linha da privatização?

Repartição e capitalização em todo o mundo

Ruiz (2008), observa que os sistemas de capitalização individual, dependem fortemente de fatores econômicos externos, que são muito difíceis de prever ou controlar; sistemas financeiros dos países são suscetíveis a mudanças drásticas como instrumentos de investimento tornaram-se muito voláteis e voláteis no mercado de ações, de modo que as crises dos sistemas de pensões financiados em todo o mundo estão enfrentando uma grave crise confiança, porque eles não garantem retornos ou partilhar os riscos de investimentos em ações.

Segundo o autor, para o modelo acadêmico de capitalização individual é uma indicação clara de privatização do serviço público da segurança social, uma vez que é uma questão pública em mãos privadas procurar apenas o lucro dos grupos financeiros. A característica fundamental do sistema de distribuição é baseada em uma administração centralizada e lucro pré-definido, uma vez que por lei o montante da pensão é estabelecido por um fundo coletivo que abrange pensão no final da vida activa do trabalhador.

Brown (2008) aqueles menciona que defendem ou sistema Capitalização indivíduo argumentar que Taís São MAIS estáveis sistemas que você faz sistemas de Repartição, mas este Perguntas Ponto, referindo-se Ao that e Mais stable: taxas ace OU Juros Fertilidade taxa. Ou de financiamento depende em grande parte a Relação demográfica, enquanto ou sistema totalmente financiado depende Muito da taxa de retorno de dois ative investido.

Em uma repartição, contribuintes são trabalhadores ativos, onde suas contribuições financiam trabalhadores e pensionistas; de modo que a relação de dependência entre ativos e número de pensionistas é crucial para a viabilidade financeira do sistema. O problema com este sistema era que o envelhecimento da população coloca pressão sobre esquemas de financiamento, para um número

crescente de aposentados por trabalhador ativo, devido à falta de acumulação de reservas durante a fase operacional (Gillion, Turner, Bailey e Latulippe , 2000).

Sistemas de pensões na capitalização individual latino-americana, que reduz o tempo de remoção cotizante própria, mas é necessário que as condições de concorrência, regulação e desenvolvimento financeiro que dificilmente (Kato, 2008) são atendidas den. Afinal, de que um sistema de pensões é a segurança social viável é uma saudável e crescente (Brown, 2008) economia essencial.

A reforma dos sistemas de pensões na América Latina

Nos anos noventa, a maioria dos países da América Latina reformaram seus sistemas de pensões devido à falta de cobertura e as incertezas dos sistemas financeiros, juntamente com a falta de uma boa gestão do sector público. Daí o caráter de política pública é a exteriorizar essa mudança, na forma como vemos o dever do Estado de responder satisfatoriamente às demandas de uma população que está constantemente crescendo e se diversificando. O projeto neoliberal tentou mudar a ação reguladora do Estado através de uma abordagem responsável, que recupera os princípios de mercado funcionais a fim de garantir uma boa gestão dos recursos e uma melhoria nos níveis de bem-estar geral.

Outro fator importante foi a evolução demográfica e aumento da expectativa de vida associado com um duplo efeito sobre o sistema de pensões: aumento tanto no número absoluto de pessoas, como o número de anos durante os quais eles recebem uma pensão (Ruiz, 2009).

Mesa-Lago (2004) observa que, no momento da década de oitenta começou a reformar os sistemas tradicionais de proteção contra o risco de velhice, invalidez e morte devido à instabilidade macroeconômica, mudanças no funcionamento do mercado de trabalho, além de alcançar novos instrumentos para reduzir o crescente déficit de alguns sistemas de segurança social públicos; por outro lado, foi devido à necessidade de alcançar maior eficiência em instrumentos financeiros associados à introdução dos regimes de pensões privados.

A mudança para o sistema privado tem sido mais por fatores externos do que pela bondade do sistema, isto é devido à falta de informação objectiva que transcende fins publicitários; assim, para 1981, o Chile fez a primeira reforma do sistema de aposentadoria, substituindo o sistema de distribuição de capitalização individual, dando menos importância ao conceito de segurança social e, com ela, a solidariedade entre as gerações.

Atualmente, o trabalhador torna-se um cliente das instituições financeiras privadas, que gerem os seus recursos ao longo da sua vida profissional, cobrando uma taxa para essa gestão, e investir esses fundos acumulados no mercado financeiro (Mesa Lago de 2007).

Nem estas reformas ou as deficiências do sistema de distribuição pode ser corrigido, como eles vêm a partir da implementação de políticas que não levam em conta a realidade latino-americana (Rodríguez, 2002).

Metodologia

Aplicação do projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa utilizada neste estudo foram dadas através de um estudo transversal (medida ao mesmo tempo) e um estudo de correlação (relacionado variáveis do estudo em uma única medida de tempo), a fim de obter parâmetros e percepções neoliberalismo e políticas públicas de segurança social. Análise, avaliação e projecção dos resultados foram medidos por meio do programa SPSS. Os dados, resultados e conclusões obtidos detalhes estão descritos a seguir, através de medidas de tendência central e percentagens.

Pesquisa objetiva

1. Saber se as políticas sociais empregadas no sistema de pensões estão a alcançar a estabilidade financeira e económica para a idade do trabalhador.
2. Estabelecer se o trabalhador sabe a importância da poupança para a reforma dentro do actual sistema de pensões.

Instrumento

Um questionário elaborado 3 seções com 24 reagentes é feito:

- A primeira seção sobre as variáveis socioeconômicas, tem 5 reagentes; 2 como dicotômica (gênero e ocupação) e 3 escala de Likert (idade, estado civil e grau de escolaridade).
- A segunda seção referindo-se às políticas sociais e financeiras públicas composta por 11 reagentes, cuja escolha das respostas foram todos escala de Likert.
- A terceira parte refere-se à variável de poupança-crédito, onde seis reagentes, cuja Likert opção respostas escala foi aplicada.

Amostra

O estudo envolve a aplicação de um total de 600 inquéritos distribuídos na área metropolitana de Monterrey, em um nicho de pessoas maiores de 18 anos; Além disso, a distribuição específica de todas as pesquisas foi escolhida para aquela cidade.

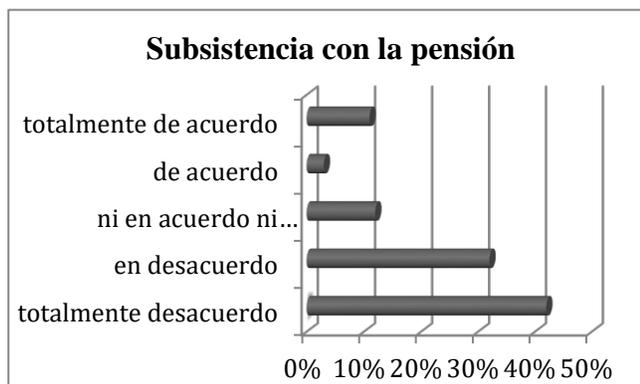
Características da amostra

Dentro da primeira parte deste estudo e perfil demográfico relativo dos clientes pesquisados, 10% deles se estabeleceram dentro de um intervalo de 18 a cerca de 25; 41% tinham entre 26 e 33 anos; 35% entre 34 a 41 anos; 14% de respondentes estava dentro da gama de 42-49 anos. Dentro deste perfil, 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino. As percentagens obtidas de acordo com o nível de educação em ordem decrescente foram: primário de 5,6%; 11,3% secundária; 42% de alta, 33,1% e estudos não universitários 8%.

Resultados

Figura 1 analisa a variável relacionada com a política pública social e financeira: como lidar é o entrevistado sobre a realização pelo governo em políticas públicas de segurança social com referência a manter-se com a renda que você terá o tempo de sua aposentadoria ?

Gráfico1. Políticas públicas en seguridad social

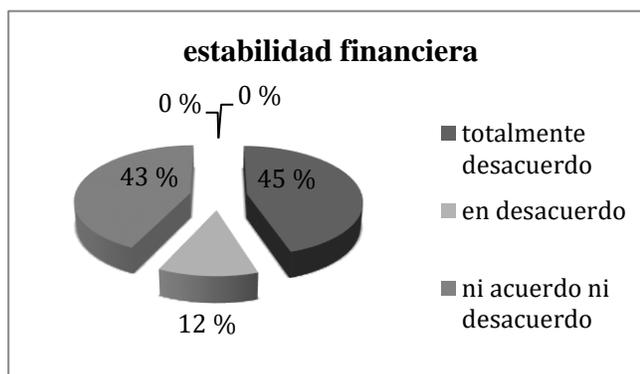


Fuente: elaboración propia.

Figura 1 indica que a maioria dos inquiridos consideram que as políticas de segurança social no que respeita à obtenção de uma pensão para ajudá-los a sobreviver não foi alcançado, por isso há muito descontentamento com o governo a este respeito.

Quanto à questão de saber se existe uma política pública que dá estabilidade financeira na segurança social em matéria de pensões, a Figura 2 indica:

Gráfico 2. Políticas públicas en seguridad social.



Fuente: elaboración propia.

Figura 2, indica que não há nenhuma estabilidade financeira das pensões no âmbito da segurança social; Apenas alguns entrevistados não têm opinião a favor ou contra sobre as políticas financeiras públicas sobre a segurança social.

Quanto a saber se o governo tem conseguido obter mais recursos através de políticas públicas implementadas no domínio da segurança social, a Figura 3 estados:

Gráfico 3. Políticas públicas en seguridad social.



Fuente: elaboración propia.

De acordo com o gráfico acima, metade de todos os entrevistados disseram que se os recursos do governo para a segurança social, porque eles assumem o seguro popular (embora este não é mencionado nessa pesquisa); enquanto a outra metade é dividida, como alguns pensam que não têm dado os recursos para a segurança social, e outros estados que não concordam que os recursos foram dadas, mas eles não estão em desacordo.

Além disso, a Figura 4 mostra os resultados dos entrevistados em relação ao salário mínimo:

Gráfico 4. Políticas públicas en seguridad social.

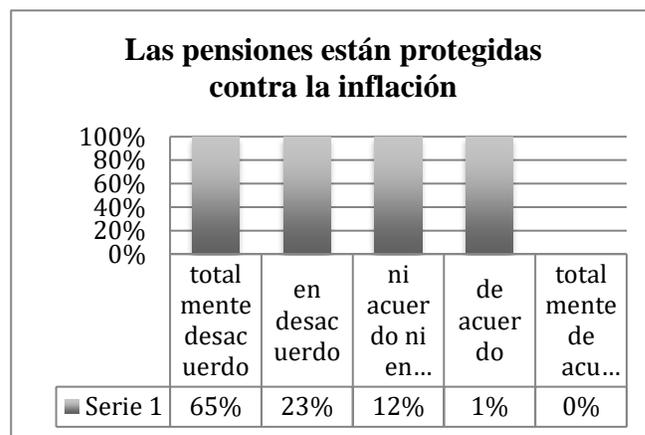


Fuente: elaboración propia.

De acordo com o gráfico acima, a população total pesquisados acha que as políticas actuais no domínio da segurança social não conseguiram elevar o trabalhador salário mínimo e receber uma pensão melhor na aposentadoria.

Os entrevistados foram questionados sobre o seu pensamento sobre a política anti-inflação dentro do sistema de segurança social; as respostas mostrados na Figura 5.

Gráfico 5. La inflación en las pensiones moneda

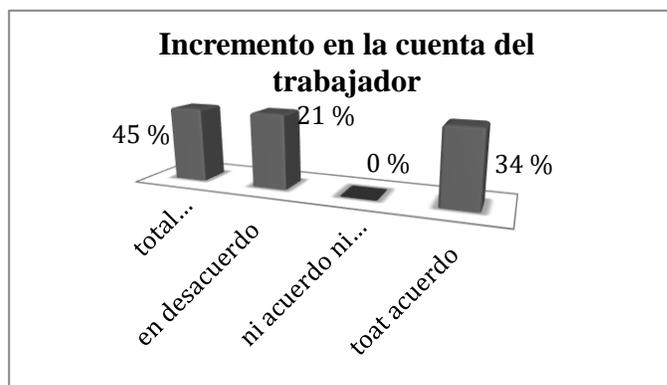


Fuente: elaboración propia.

Os resultados na Figura 5 mostram que há total desacordo pelos respondentes do salário mínimo sejam protegidas em conformidade com o aumento que ocorre todos os anos em preços.

Se o gráfico acima é acrescentou que dentro do actual sistema de pensões o trabalhador deve economizar para o seu futuro e, de acordo com dados dos gráficos anteriores, afirma-se que não há aumento do salário mínimo, isso não está protegido contra a inflação e ainda existe evasão fiscal de empresas, então será mais difícil do que o trabalhador a poupar para a aposentadoria (figura 6).

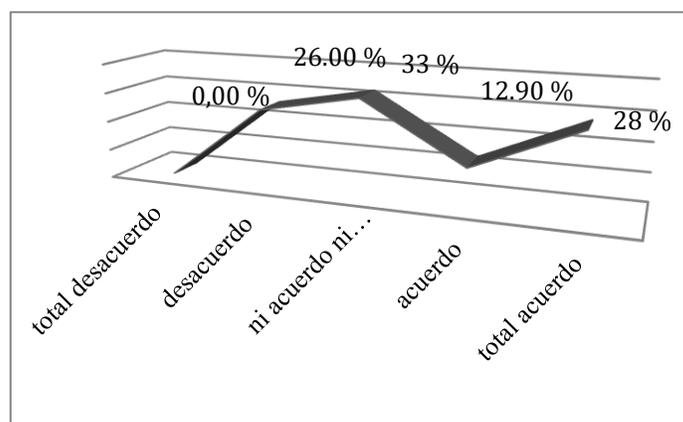
Gráfico 6. Sistema de pensión y el ahorro privado



Fuente: elaboración propia.

Em relação à pergunta se os inquiridos concordam que o governo deve ser o principal provedor de pensões e não um gestor privado (Afore), os resultados foram os seguintes:

Gráfico 7. Gobierno: proveedor de la seguridad social



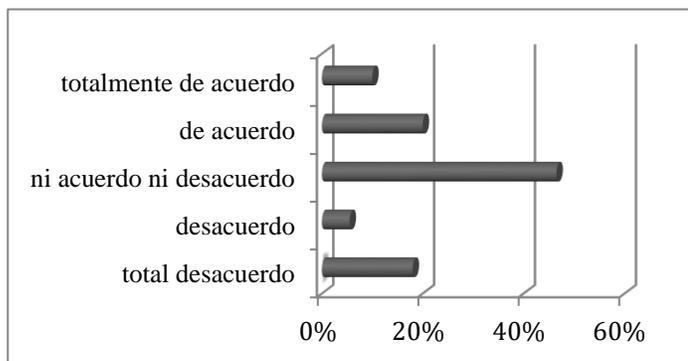
Fuente: elaboración propia.

A Figura 7 indica que apenas un cuarto dos entrevistados responderam que não tem certeza de que o governo deve ser o principal provedor de pensões, enquanto a maioria dos entrevistados dizem que é da responsabilidade do governo e de gestão não privada a concessão de segurança social aos seus cidadãos, além de aumentar o emprego e melhorar a pensão mínima.

O neoliberalismo é caracterizada por atingir abertura comercial e financeira em todos os níveis, por meio de instituições como o Banco Mundial eo Fundo Monetário Internacional (FMI); portanto, o gráfico a seguir refere-se à falta de autonomia das instituições governamentais, como o FMI, a

criação de uma unidade estrutural dispostos a optar por alternativas que estão longe de ser uma resposta ao ajuste de necessidades específicas, modernização e bem-estar social.

Gráfico 8. ¿Está de acuerdo en que el creciente endeudamiento externo de la mayoría de los países de América Latina, obligó a que estos destinaran grandes recursos al pago de su deuda, eliminando recursos a la seguridad social?

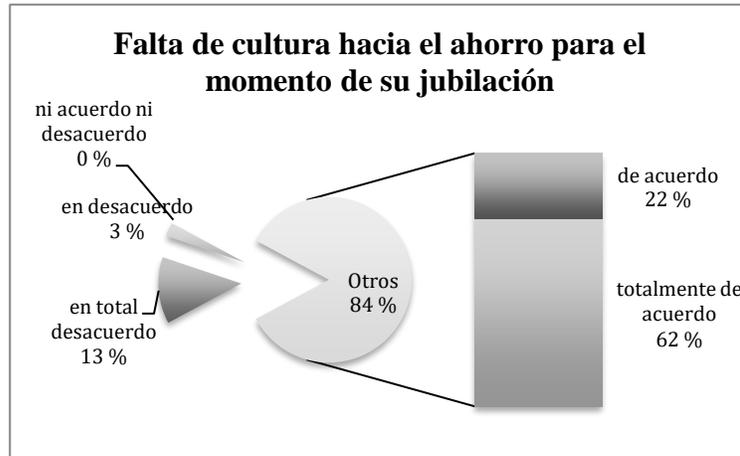


Fuente: elaboración propia.

De acordo com o gráfico acima, quase metade dos entrevistados desconhecem o crescimento da dívida externa dos países latino-americanos, mas o destaque é a outra metade dos entrevistados foi a extremos e um meio discorda fortemente que há recursos de segurança social são alocados, enquanto a outra metade acredita que esses recursos foram removidos à segurança social para pagar a dívida externa.

No que diz respeito à poupança variável, a maioria dos inquiridos pensam que não existe uma cultura de poupança para a aposentadoria, nem meios de sensibilização sobre este problema (Figura 9).

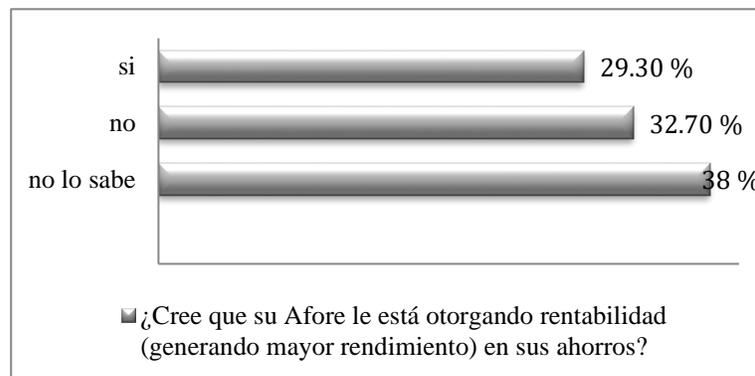
Gráfico 9. Conciencia en el mexicano sobre su retiro



Fuente: elaboración propia.

Finalmente, é especificado se o trabalhador torna-se agora um cliente das instituições financeiras privadas, que gerem os seus recursos ao longo da sua vida activa através da cobrança de uma taxa para essa gestão e investimento desses fundos acumulados no mercado financeiro dar retorna para o momento da reforma (gráfico 10).

Gráfico 10. Rentabilidad del sistema actual de pensión en la cuenta del trabajador



Fuente: elaboración propia.

A Figura 10 mostra um equilíbrio entre as respostas dos entrevistados, concluindo que um quarto de auto-consciente que você está recebendo retornos sobre sua conta individual. Além disso, a maioria pensava que conhecido como Afore, as instituições financeiras cobram uma taxa alta para os seus serviços, de modo que o trabalhador se torna um cliente dessas instituições.

Conclusão

Sobre a variável sobre políticas públicas sociais, o estudo mostra que ainda não foi conseguido elevar o nível de protecção na segurança social no domínio das pensões, porque a política económica e social não foi capaz de eliminar a informalidade local de trabalho. Além disso, as exigências de segurança social dos recursos públicos para as garantias mínimas de um estado de bem-estar é alcançado; para atingir a inclusão económica e fiscal e trabalhista são necessárias políticas. Portanto, o desafio de política pública será para expandir a cobertura e atingir níveis de pensões adequados que mantêm os níveis de consumo e evitar a pobreza na velhice.

Existe agora um bom controle na política anti-inflação, mantendo-a em um dígito, mas como mencionado acima, isso não tem conseguido mais recursos para as pensões, para além dos salários dos trabalhadores não são suficientemente fortes para que o trabalhador conseguir um poupança para a aposentadoria.

O sistema neoliberal procura uma maior liberalização fiscal e comercial é atingido, ea acumulação de recursos monetários do sistema de pensões investe no mercado de ações para obter maiores lucros para os gestores privados, em vez de aumentar a poupança individuais respondem trabalhador.

Bibliografía

- Barr, Nicholas (1993). *The Economics of the Welfare State*, 2nd ed., Oxford: Oxford University Press.
- Bobbio Norberto, Matteucci Nicola y Gianfranco Pasquino (2005). *Diccionario de Política*, 14^a ed., México: Siglo XXI.
- Brown, Robert L. (2008). Diseño de un régimen de pensiones de seguridad social. *Revista Internacional de Seguridad Social*, 61(1), 71-92.
- Esping-Andersen, Gösta (1993). *Los Tres Mundos del estado de bienestar*. Valencia: Edicions Alfons el Magananim.
- Estruch, Alejandro (1996). *Ciudadanía, libertad y pluralismo: hacia una redefinición del estado de bienestar*. Asturias: Fundación Asturias.
- Girondella, L. (2008). Estado de bienestar: Una Definición [artículo en línea]. México: Contrapeso. Recuperado en < http://contrapeso.info/2008/estado_de_bienestar_una_definicion/> [26 de Marzo de 2011].
- Hayek, Friedrich (1978). *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Ed. Taylor & Francis.
- Hume, David (2005). *Tratado de la Naturaleza Humana*, 5^a ed., México: Ed. Porrúa.
- Laurell, A. (1992). *Estado y Políticas sociales en el Neoliberalismo*. México: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Mesa-Lago, C. (2004). Evaluación de un cuarto de siglo de reformas estructurales de pensiones en América Latina. *Revista de la Cepal*, núm. 84, 59-82.
- Mesa-Lago, C. (2007). Social Security in Latin America: "Pension and Health Care Reforms in the Last Quarter Century. *Latin American Research Review*, 42 (2), 181-201
- OIT (2009). Seguridad social como respuesta a la crisis: Sociedades en envejecimiento. *Revista de la Organización Internacional del Trabajo*, n° 67, 4-16.
- Ortiz, I. (2007). Política Social [Documento en línea]. Nueva York: Naciones Unidas DAES. Recuperado en <http://esa.un.org/techcoop/documents/socialpolicy_spanish.pdf> [24 de Junio de 2011].
- Rodríguez, Patricia (2002). *Economía y género en Mujeres y Economía*. México D.F: Ed. Miguel Ángel Porrúa.

- Ruiz, Ángel G. (2009). Las AFORE. El Sistema de Ahorro y Pensiones Mexicano. México: Ed. Porrúa.
- Ruiz, Ángel G. (2008). Nuevo Derecho de la Seguridad Social. México: Ed. Porrúa.
- Ruiz, Ángel G. (2004). Los Delitos en Materia de Seguridad Social. México: Ed. Porrúa.
- Rawls, J. (2006). Teoría de la Justicia. 2ª ed., México: Fondo de Cultura Económica.
- Uthoff, Andras y Szalachmann, R. (1991). Sistema de Pensiones de América Latina. Diagnóstico y alternativas de reforma. Santiago de Chile: autor.
- Yermo, J. (2008). Governance and investment of public pension reserve funds in selected OECD countries, [OECD Working papers on insurance and private pensions, no 15]. París: Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos. Recuperado en <<http://www.oecd.org/dataoecd/26/53/40194872.pdf>> [12 de enero de 2010].